

# CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital n. 01/2011

## REMOÇÃO

---

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.**  
**Elas fazem parte da sua prova**

---

Este caderno contém a **Prova Objetiva de Seleção** abrangendo as matérias de **Registros Públicos, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal, Direito Tributário, Direito Comercial, Direito Administrativo e Constitucional e Conhecimentos Gerais.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, seu número de inscrição e o cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

**NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

O tempo de duração da prova abrange, inclusive, o tempo necessário para a transcrição das respostas do caderno de provas para a **Folha de Respostas**.

**ATENÇÃO** - Nos termos do Edital n. 01/2011, "Será eliminado do Concurso o candidato que [...] **portar arma(s) [...]; portar, mesmo que desligados [...]** qualquer equipamento eletrônico, como **relógio digital [...]** **telefone celular [...]** entre outros". (Item 27, alíneas "e" e "f")

**DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: CINCO HORAS**



Fundação de  
Desenvolvimento  
da Pesquisa

# ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **100 (cem) questões de múltipla escolha** — cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas** —, assim distribuídas: **28 (vinte e oito) questões de Registros Públicos, 15 (quinze) questões de Direito Civil, 13 (treze) questões de Direito Processual Civil, 10 (dez) questões de Direito Penal e Processual Penal, 10 (dez) questões de Direito Tributário, 12 (doze) questões de Direito Comercial, 10 (dez) questões de Direito Administrativo e Constitucional e 2 (duas) questões de Conhecimentos Gerais.**

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.S<sup>a</sup> não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

## ➤ **REGISTROS PÚBLICOS**

- **Registro de Imóveis**

### **Questão 1**

Após o trânsito em julgado, o prazo para o ajuizamento das ações rescisórias relativas aos processos que digam respeito a transferências de terras públicas rurais é de

- A) 18 (dezoito) anos.
- B) 02 (dois) anos.
- C) 08 (oito) anos.
- D) 15 (quinze) anos.

### **Questão 2**

Analise a seguinte situação.

O Tabelião de notas do 23º Ofício da Comarca de Prado, a fim de lavrar uma Escritura Pública de Compra e Venda e em observância aos preceitos legais, solicitou, no dia 18/03/2010, uma Certidão Negativa de Ônus da matrícula 345 do Livro 02, objeto da transação. Três dias úteis após a sua solicitação, o Cartório de Imóveis competente emitiu a referida certidão, cuja validade é de 30 dias corridos, após a data de sua emissão. Todavia, passados 20 (vinte) dias da emissão da Certidão Negativa de Ônus, o Oficial do Registro de Imóveis recebeu um Mandado Judicial determinando o bloqueio da matrícula 345 do Livro 02, ato que imediatamente foi praticado na matrícula.

Três meses após a lavratura da escritura, Fernando Silva, adquirente do imóvel objeto da matrícula 345 do Livro 02, de posse da Escritura Pública de Compra e Venda, devidamente lavrada nas Notas do 23º Ofício, compareceu ao Registro Imobiliário para, então, registrar a escritura e, assim, concluir o ato da aquisição do imóvel.

**INDIQUE** a seguir o procedimento a ser tomado pelo Oficial do Registro Imobiliário ao receber a referida escritura, tendo em vista que ela foi lavrada com base na certidão emitida pelo Cartório de Imóveis, dentro do prazo legal, e Fernando Silva é um adquirente de boa-fé.

- A) Praticar normalmente o ato de registro.
- B) Fazer uma nota de devolução esclarecendo ao adquirente a impossibilidade de registrar a escritura pública devido ao bloqueio judicial.
- C) Fazer a prenotação do título, podendo essa ser prorrogada até a solução do bloqueio.
- D) Encaminhar o adquirente ao Cartório de Notas.

### Questão 3

Considerando o número de fatos geradores de ITCD que ocorrem na transmissão por fideicomisso, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Um fato gerador
- B) Dois fatos geradores em momentos distintos
- C) Nenhum fato gerador
- D) Três fatos geradores em momentos distintos

### Questão 4

Indique o(s) livro(s) do Registro Imobiliário no(s) qual(is) deverá ser averbada a Cédula de Crédito Imobiliária criada pela Lei n. 10.931/04.

- A) Livro 1
- B) Livros 2 e 3
- C) Livro 2
- D) Livro 3

### Questão 5

Analise a seguinte proposição.

Um estrangeiro português adquire uma área rural de 25,00 ha.; depois, mais duas áreas rurais de 40,00 ha. cada uma. Por último, adquire mais uma área rural de 20,00 ha. dentro do município de Cantinho do Sul que tem uma área total de superfície de 400 ha.

Acerca das aquisições feitas, pode-se dizer

- I. que elas contrariam a previsão legal quanto à aquisição livre feita por estrangeiro.
- II. que elas estão em conformidade com a legislação vigente.
- III. que elas contrariam a previsão legal no que tange ao limite de 1/4 face à área total de superfície do município.
- IV. que, por se tratar de estrangeiro português, a legislação pátria não faz nenhuma restrição quanto à aquisição de terras.

A análise permite concluir que

- A) todos os itens estão corretos.
- B) apenas o item II está correto.
- C) apenas os itens I e III estão corretos.
- D) nenhum dos itens está correto.

### Questão 6

O procedimento administrativo para a alienação e a concessão de terras devolutas deverá conter certidão do Registro Imobiliário comprovando

- A) inexistência de registro/matrícula em nome do beneficiário.
- B) inexistência de registro/matrícula em nome do Estado.
- C) inexistência de registro/matrícula em nome do beneficiário e de seus antecessores.
- D) inexistência de registro/matrícula em nome do beneficiário, de seus antecessores e do Estado.

### Questão 7

Tendo em vista os requisitos para a dispensa da exigência da Certidão Negativa de Débito do INSS referente à construção residencial de até 70m<sup>2</sup>, quando da averbação da referida construção no Registro Imobiliário, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Construção residencial unifamiliar, destinada ao uso próprio, do tipo econômico, executada sem mão de obra assalariada.
- B) Construção unifamiliar, moradia permanente, destinada ao uso próprio ou de terceiros, do tipo econômico, executada sem mão de obra assalariada.
- C) Construção unifamiliar, moradia permanente, destinada ao uso próprio, do tipo econômico, executada com mão de obra assalariada.
- D) Construção multifamiliar, destinada ao uso próprio, do tipo econômico, executada sem mão de obra assalariada.

### Questão 8

A penhora é registrada no Registro Imobiliário mediante apresentação de

- A) Auto de Penhora.
- B) Termo de Penhora.
- C) Certidão Inteiro Teor do Ato.
- D) Requerimento escrito acompanhado de cópia da petição inicial.

- **Registro Civil das Pessoas Naturais**

### **Questão 9**

Mara Lúcia Santos, com o intuito de conseguir benefício previdenciário, procurou o Cartório de Registro Civil de sua Comarca e requereu certidão de casamento atualizada a fim de comprovar, de forma documental, que exercia função de trabalhadora rural, desde 1999, ano de seu casamento. Todavia, ela se surpreendeu quando viu que, no assento, constava que sua profissão, em 1999, era secretária.

Quanto ao procedimento que Mara Lúcia Santos deve adotar para fazer prova de seu tempo de serviço como trabalhadora rural, marque a alternativa **CORRETA**.

- A) Fazer requerimento ao Cartório de Registro Civil, solicitando a correção do dado.
- B) Exigir que o Tabelião faça a correção de ofício, visto que o engano foi cometido por ele.
- C) Ajuizar ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários, visto tratar-se de procedimento autônomo.
- D) Ajuizar ação contra o Tabelião por não ter agido com zelo no exercício de sua profissão.

### **Questão 10**

Em regra, todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar de residência dos pais, no prazo legal de

- A) 10 (dez) dias, podendo ser ampliado em até 3 (três) meses, para os lugares distantes mais de 20 (vinte) quilômetros da sede do cartório.
- B) 15 (quinze) dias, podendo ser ampliado em até 2 (dois) meses, para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
- C) 10 (dez) dias, podendo ser ampliado em até 6 (seis) meses, para os lugares distantes mais de 100 (cem) quilômetros da sede do cartório.
- D) 15 (quinze) dias, podendo ser ampliado em até 3 (três) meses, para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.

## Questão 11

Analise as seguintes afirmativas e assinale **V** para as **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- ( ) Os livros de registro serão divididos em quatro partes, sendo na primeira (da esquerda para a direita) lançado o número de ordem, na segunda lançada a data do assento, na terceira o assento, e na quarta o espaço para as notas, averbações e retificações.
- ( ) Depois da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas.
- ( ) Para que haja a isenção do pagamento dos emolumentos, nas certidões emitidas aos reconhecidamente pobres, é obrigatória a inserção de expressões que indiquem condições de pobreza ou semelhantes.
- ( ) Os livros de registro de casamento, registro de nascimento e registro de óbito terão obrigatoriamente trezentas folhas cada um. O número de folhas dos demais livros fica a critério do oficial, não podendo ser superior a 300, nem inferior a 150.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (V) (V) (F) (F)
- C) (F) (F) (F) (V)
- D) (F) (F) (F) (F)

## Questão 12

Assinale a penalidade que será imputada ao oficial do registro que deixar de cumprir as obrigações concernentes à averbação de sentença de nulidade e anulação de casamento.

- A) Multa de cinco salários mínimos da região e suspensão do cargo por até seis meses; em caso de reincidência, ser-lhe-á aplicada, em dobro, a pena pecuniária, ficando sujeito à perda do cargo.
- B) Multa de três salários mínimos da região e suspensão do cargo por até um ano; em caso de reincidência, ficará sujeito à perda do cargo, devendo indenizar por danos morais a terceiros prejudicados pelo descumprimento da obrigação.
- C) Multa de cinco salários mínimos da região e suspensão do cargo por período determinado pela Corregedoria do Estado; em caso de reincidência, ser-lhe-á aplicada, em dobro, a pena pecuniária e a perda do cargo.
- D) Suspensão do cargo por até seis meses, penas disciplinares; em caso de reincidência, ser-lhe-á aplicada pena pecuniária, ficando sujeito à perda do cargo.

### Questão 13

Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, indique a seguir como poderá realizar-se o casamento.

- A) Não há previsão legal para a realização de casamento quando ocorrer iminente risco de vida de algum dos contraentes.
- B) O casamento poderá ocorrer na presença de 6 (seis) testemunhas, que comparecerão, dentro de 5 (cinco) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
- C) O casamento poderá ocorrer na presença de, no mínimo, 2 (duas) testemunhas, que comparecerão, dentro de 5 (cinco) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações. Sendo nesses casos dispensadas as diligências necessárias para verificar a inexistência de impedimentos, devendo ser ouvido o órgão do Ministério Público.
- D) O casamento poderá ocorrer antes do processo de habilitação. Sendo nesses casos dispensadas as diligências necessárias para verificar a inexistência de impedimentos. Todavia, é indispensável que seja ouvido o órgão do Ministério Público e, no prazo legal de até 2 (dois) dias, sejam ouvidos os interessados que o requerem.



- **Tabelionato de Notas**

### **Questão 14**

A Lei n. 7.433, de 18/12/85, enumera taxativamente os documentos que devem ser apresentados ao Tabelião para a lavratura da escritura pública de compra e venda de bens imóveis.

Marque a alternativa que apresenta **corretamente** os documentos obrigatórios.

- A) Comprovação do pagamento do imposto de transmissão intervivos, certidões fiscais, certidão de feitos ajuizados e certidão de ônus reais.
- B) Comprovação do pagamento do imposto de transmissão intervivos, certidões fiscais, certidão de feitos do juizado especial e da justiça do trabalho.
- C) Comprovação do pagamento do imposto de transmissão intervivos, certidões fiscais, certidão de inteiro teor do imóvel.
- D) Comprovação do pagamento do imposto de transmissão intervivos, certidões fiscais, certidão de feitos ajuizados, certidão de ônus reais, certidão de quitação com o fisco estadual.

### **Questão 15**

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** a legislação que institui o prazo de validade de 30 dias para as certidões emitidas pelos Cartórios de Registros de Imóveis, relativas às ações reais, ações pessoais reipersecutórias e de ônus reais, para lavratura do escrito publico.

- A) Lei n. 6.015, de 1973
- B) Lei n. 7.433, de 1985
- C) Decreto n. 93.240, de 1986
- D) Lei n. 4.380, de 1964

### Questão 16

O reconhecimento de firma, feito pelo Tabelião de Notas, é a certificação de autoria de assinatura em documento. Quando ocorre reconhecimento semiautêntico?

- A) Quando o autor, conhecido ou identificado pelo Tabelião, assinar em sua presença.
- B) Quando a pessoa, conhecida ou identificada pelo Tabelião, lhe declarar sua assinatura.
- C) Quando o Tabelião conhecer a assinatura já lançada ou confrontá-la com outras existentes em seus livros.
- D) Quando o Tabelião conferir a assinatura com a Carteira de Identidade.

### Questão 17

A escrituração dos atos notariais deverá ser feita com tinta indelével, com caracteres de fácil leitura, sem espaço em branco e obedecida uma ordem cronológica.

Analise as seguintes afirmativas acerca das escriturações.

- I. Os elementos básicos expressos em algarismo serão repetidos por extenso.
- II. As emendas, rasuras, riscadura e entrelinhas serão ressalvadas no final do texto, depois das assinaturas.
- III. Se o defeito ou omissão for verificado antes das assinaturas, a corrigenda poderá ser feita na forma *em tempo*.
- IV. Se o defeito ou omissão for verificado após as assinaturas, havendo espaço a seguir, poderá ser feita a corrigenda *em tempo*, com novas assinaturas.

A análise permite concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I, II e IV.
- B) apenas as afirmativas I, III e IV.
- C) apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) apenas as afirmativas II e IV.

### Questão 18

Em relação aos mandatos em causa própria, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não se extinguem com a morte do outorgante.
- B) O outorgado está isento da prestação de contas.
- C) A revogação da procuração deverá ser por instrumento público e com assinatura das partes.
- D) O outorgado poderá transferir os bens móveis e imóveis para si.

- **Pessoas Jurídicas**

### **Questão 19**

São inscrições concernentes aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, **EXCETO**

- A) os contratos, atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.
- B) as sociedades civis que se revestirem das formas estabelecidas nas leis comerciais.
- C) os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
- D) o registro de jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8º da Lei n. 5.250/67.

### **Questão 20**

Para se fazer o registro de matrícula de jornais ou de outras publicações periódicas, são necessários os seguintes dados / documentos:

- A) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, nesse caso, os respectivos proprietários.
- B) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do redator-chefe
- C) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do proprietário.
- D) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova da nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária.

### **Questão 21**

Para uma associação requerer o competente registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, deverá apresentar os seguintes documentos, **EXCETO**

- A) petição firmada pelo representante legal da sociedade.
- B) duas vias integrais do ato constitutivo (estatuto, compromisso ou contrato).
- C) ato constitutivo com a assinatura do advogado que tiver efetivamente participado de sua elaboração.
- D) cópia xerox autenticada dos documentos dos associados.

### Questão 22

As certidões negativas de débitos do INSS, F.G.T.S. e a certidão conjunta da Receita Federal deverão ser apresentadas no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas

- A) em todos os momentos em que houver alteração no estatuto social.
- B) juntamente com a petição de requerimento do registro, estatuto social, para a abertura da pessoa jurídica.
- C) juntamente com o distrato social para a baixa da pessoa jurídica.
- D) somente para alteração de diretoria, após realização de assembleias periódicas.

### Questão 23

No Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, pode-se registrar, **EXCETO**

- A) atas e livros comerciais.
- B) estatutos/atos constitutivos de sociedades.
- C) jornais e periódicos.
- D) sociedade mercantil.

## • Registro de Títulos e Documentos

### Questão 24

Estão sujeitos a registro no Cartório de Títulos e Documentos, para surtir efeitos com relação a terceiros, **EXCETO**

- A) os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto no art.167,I,3.
- B) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos.
- C) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis, imóveis e os de alienação fiduciária.
- D) atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.

### Questão 25

Analise as seguintes informações sobre a escrituração de livros do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) Livro A – protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados, com 300 fls.
- ( ) Livro B – para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros, com 200 fls.
- ( ) Livro C – para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data, com 300 fls.
- ( ) Livro D, indicador pessoal, quando não substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros, com 200 fls.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (F)

### Questão 26

Em relação ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o desdobramento de livros por afluência de serviços deverá ser autorizado pelo juiz.
- B) os desdobramentos autorizados terão as indicações E, F, G, H etc.
- C) o livro de protocolo deverá conter seis colunas.
- D) o livro de registro integral terá quatro colunas.

### Questão 27

Em relação aos serviços de notificações realizados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A notificação somente poderá ser realizada pelo Oficial.
- B) O Oficial, desde que solicitado pela parte, poderá realizar diligências fora de sua base territorial.
- C) O certificado de notificação deverá ser anotado na via que será entregue ao apresentante.
- D) No processo de notificação poderão ser feitos avisos, denúncias, quando não for exigida a intervenção judicial.

### Questão 28

São particularidades relacionadas ao registro de documentos e papéis escritos em língua estrangeira, para sua conservação ou perpetuidade, **EXCETO**

- A) traslado de documentos em caracteres comuns.
- B) exigência de intervenção do tradutor juramentado.
- C) dispensa do tradutor juramentado, caso o oficial tenha conhecimento básico da língua estrangeira.
- D) normas especiais para as procurações em língua estrangeira.

## ➤ DIREITO CIVIL

### Questão 29

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Um determinado pedestre, vítima de atropelamento, tem ação de responsabilidade civil contra o pai do adolescente condutor do veículo, que vai responder objetivamente pela conduta antijurídica do filho.
- B) É anulável o ato jurídico praticado pelo relativamente incapaz que, dolosamente, omitiu sua idade no momento da celebração do negócio, quando tal conduta lhe acarrete prejuízo de ordem material.
- C) O tutor, mediante escritura pública em cartório de notas, pode emancipar voluntariamente o tutelado.
- D) Se um casal de menores, que se emancipou legalmente por força do casamento, vier a se separar, eles voltam à sua situação jurídica anterior ao casamento no que tange a sua capacidade.

### Questão 30

O fato jurídico é todo e qualquer acontecimento natural ou humano que deflagra efeitos jurídicos, ou seja, que provoca o nascimento, a modificação ou extinção de um direito. Trata-se do gênero que se subdivide em três espécies: fato jurídico *stricto sensu*, ato-fato jurídico e ato jurídico.

Considerando as espécies de fatos jurídicos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Fato jurídico *stricto sensu* é acontecimento provocado pelas forças da natureza e que não depende da intervenção do homem. Podemos citar como exemplo o nascimento ou a morte.
- B) Ato-fato jurídico é uma espécie de fato jurídico em que há uma exteriorização consciente da vontade dirigido a uma finalidade, conforme o direito e tem como elemento fundamental a vontade humana, a intenção do agente.
- C) Negócio jurídico é uma subespécie do ato jurídico em sentido amplo que, por sua vez, é espécie de fato jurídico. É o mais perfeito dos fatos jurídicos na medida em que se constitui com base na manifestação de vontade das partes, denominada autonomia privada. Os agentes autodisciplinam os efeitos jurídicos que pretendem buscar.
- D) Ato ilícito é todo aquele comportamento contrário ao ordenamento jurídico. Não é considerado pelo legislador brasileiro como fato jurídico, tendo sido tratado de forma específica à parte da teoria dos fatos jurídicos.



### Questão 31

Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O casamento só pode ser anulado quando ocorre erro quanto à pessoa. Não se admite a sua anulação quando o negócio jurídico apresenta erro de natureza ou de objeto.
- B) É possível a anulação de um negócio jurídico fundado em erro de direito, e tal hipótese não colide com a previsão do art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que dispõe que ninguém pode se escusar de cumprir a lei sob o pretexto de desconhecê-la.
- C) Não existe negócio jurídico válido que se torna inválido, mas o contrário pode ocorrer.
- D) Apenas as partes envolvidas podem pedir a nulidade do negócio jurídico.

### Questão 32

Na seara do direito das obrigações, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O princípio da boa-fé subjetiva impõe aos contratantes deveres de conduta, não se limitando apenas à intenção do contratante. Impõe que as partes envolvidas na obrigação ajam com lealdade, probidade, retidão, ética, confidencialidade.
- B) Se o descumprimento da obrigação de dar coisa certa ocorrer em razão do desaparecimento dessa coisa por motivo de força maior, antes da tradição, a obrigação fica resolvida para ambas as partes, e o prejuízo deve ser suportado pelo dono.
- C) O credor deve aceitar o recebimento de coisa diversa, nos casos de obrigação de dar coisa certa, quando a prestação oferecida é mais valiosa, nos termos do disposto no art. 313 do Código Civil (CC). A intenção do legislador é favorecer o credor que, apesar de estar recebendo coisa diversa, está sendo compensado quanto ao valor do bem.
- D) Nos casos da obrigação de dar coisa incerta em que não há identificação da qualidade dessa coisa, a escolha compete ao credor, que não está obrigado a receber coisa pior do que tinha expectativa de direito, por força do que restou convencionado entre as partes.

### Questão 33

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A teoria da imprevisão é o elemento que flexibiliza o princípio da força obrigatória, uma vez que admite a revisão ou a resolução de um contrato caso acontecimento superveniente imprevisível desequilibre a base econômica do negócio. Na contramão dos estudos doutrinários a respeito do tema, o Código Civil prevê como requisito indispensável da aplicação da teoria da imprevisão a extrema vantagem econômica da parte contrária, consoante texto do art. 478.
- B) A Teoria da Onerosidade Excessiva, que nada mais é do que a Teoria da Imprevisão inserida no Código de Defesa do Consumidor, nos mesmos moldes desta, também garante ao consumidor o direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais cujo desequilíbrio foi causado em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis que as tornaram excessivamente onerosas.
- C) O STJ vem admitindo a aplicação da teoria da imprevisão nos contratos de risco, como, por exemplo, o contrato de compra e venda de safras futuras a preço certo, uma vez que os acontecimentos naturais vêm causando, de forma imprevisível, a frustração dessas safras.
- D) A cessão de débito, também chamada de cessão de posição contratual, opera-se por meio de um negócio jurídico em que o devedor cede sua posição a um novo devedor, mediante consentimento expresso do credor, criando uma nova relação jurídica entre as partes e, em consequência, uma nova obrigação.

### Questão 34

Na seara da Teoria Geral dos Contratos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A proposta do contrato obriga o proponente, tornando-se absoluta, cabendo a sua mitigação apenas em favor do consumidor.
- B) Verificada a existência de um vício redibitório que compromete a utilização da coisa objeto do contrato, cabe ao contratante optar ou pela ação redibitória ou pela ação *quantum minoris*. A cumulação dos pedidos, numa mesma demanda, constitui pedidos conflitantes entre si.
- C) O prazo para a propositura das ações edilícias é decadencial e, não, prescricional.
- D) As arras confirmatórias, também conhecidas como sinal, constituem o início da execução do contrato, e suprimem, a partir desse momento, o direito de arrependimento.

### Questão 35

A respeito do contrato de compra e venda, é **INCORRETO** afirmar

- A) que é anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, caso uma das partes consiga demonstrar ter havido excesso no arbitramento do preço pela outra, gerando desequilíbrio contratual.
- B) que, até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço, por conta do comprador.
- C) que o direito de retrato, inserto na cláusula de retrovenda, é passível de ser cedido a herdeiros e legatários.
- D) que, nos casos da venda com reserva de domínio, a cláusula que a implementa só tem efeitos contra terceiros se estipulada por escrito e registrada no domicílio do comprador.

### Questão 36

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O mandato, firmado apenas em termos gerais, só confere poderes de administração. Para alienar, hipotecar, transigir ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, depende, o procurador, de poderes especiais e expressos.
- B) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas móveis fungíveis e não fungíveis e opera-se mediante a tradição do objeto.
- C) A respeito da fiança, o STJ assentou que não é válida a cláusula firmada em contrato de locação por termo certo que prorroga a responsabilidade do fiador até a entrega das chaves do imóvel, na medida em que a fiança não admite interpretação extensiva.
- D) Ao fiador, cabe sempre invocar o benefício de ordem.

### Questão 37

Sobre a posse, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) O possuidor indireto, por não ter poder físico sobre a coisa e não poder dela usufruir, não pode usucapir.
- B) Posse injusta ou de má-fé é a posse que, desde a sua origem, se caracteriza pelos elementos de violência, clandestinidade ou precariedade.
- C) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, podendo ainda exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis. Por outro lado, o possuidor de má-fé tem direito de indenização apenas no que tange às benfeitorias necessárias, podendo exercer, da mesma forma, o direito de retenção em relação a estas.
- D) A Lei do Inquilinato prevê a possibilidade de o locatário renunciar a direito de indenização das benfeitorias, bem como ao direito de retenção. Em respeito à intenção do legislador, o STJ reconheceu, via súmula, a validade da cláusula contratual assim firmada nesses termos.

### Questão 38

No que tange à forma de aquisição da propriedade, é **INCORRETO** afirmar

- A) que a presunção de veracidade do registro público de imóveis no Brasil é relativa – *iuris tantum*. Até que se prove o contrário, o dono é aquele que consta do registro, mas admite-se prova em contrário.
- B) que avulsão é forma de aquisição de propriedade por meio de depósito de detritos.
- C) que, em se tratando de acessão artificial, o código Civil de 2002 inovou subvertendo a regra clássica da *vis atrativa*, ao prever que, se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização.
- D) que é possível a usucapião extraordinária de bens provenientes de crime.

### Questão 39

A respeito do casamento, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O homem e a mulher com 18 anos podem se casar, exigindo-se a autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais.
- B) A eficácia da habilitação do casamento é de 90 dias a contar da data em que foi extraído o certificado.
- C) Não podem se casar os irmãos, unilaterais e bilaterais e demais colaterais, até o 4º grau inclusive.
- D) Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, apenas pelas partes interessadas.

### Questão 40

Sobre os alimentos, é **CORRETO** afirmar

- A) que a obrigação de prestar alimentos extingue-se com o falecimento do devedor.
- B) que o juiz pode fixar os alimentos gravídicos com base em meros indícios de paternidade.
- C) que o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos e extensivo aos ascendentes de 1º grau.
- D) que, na falta de ascendentes, a obrigação de prestar alimentos passa aos descendentes ou aos irmãos, independentemente de ordem de sucessão, havendo que se apurar aquele que tem melhores condições de prestá-los.

### Questão 41

A respeito da adoção, é **CORRETO** afirmar

- A) que a adoção de maiores de 18 anos se realiza por meio de mera averbação no cartório competente, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- B) que, para a adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente, desde que vivam em união estável.
- C) que se exige uma diferença de idade de, pelo menos, 18 anos entre o adotado e o adotante.
- D) que, em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será cumprido no território nacional e no exterior, para facilitar a adaptação do adotando.

## Questão 42

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É permitida a capitalização mensal de juros, nos créditos concedidos via Cédula de Crédito Bancário.
- B) Os filhos são solidariamente responsáveis pela prestação de alimentos ao idoso, cabendo a ele a escolha de quem será o demandado.
- C) O locatário que tiver interesse em renovar o aluguel comercial deve propor a ação renovatória no prazo mínimo de seis meses antes do término do contrato, sob pena de prescrição do direito.
- D) Estando o imóvel sublocado em sua totalidade, o direito de preferência para a aquisição do imóvel caberá primeiro ao sublocatário e, somente depois, ao locatário.

### Questão 43

Sobre o direito de representação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Maria faleceu sem deixar filhos. Na linha de ascendência, tem viva apenas a mãe, sendo que o pai é pré-morto. Mas os pais do seu pai (avôs paternos de Maria) ainda são vivos. Com o falecimento de Maria, a sua herança será dividida da seguinte forma: metade para a mãe e a outra metade para os avôs paternos.
- B) Maria tem três filhos, Ana, André e José, sendo que este último é pré-morto. Mas José tinha dois filhos, Leo e João, ainda vivos. Com o falecimento de Maria, sua herança será dividida entre Ana, André, Leo e João, em quatro partes iguais.
- C) Maria faleceu, não deixou nem descendentes e nem ascendentes, apenas dois irmãos, Manuel e Pedro, este último, pré-morto. Pedro tinha, por sua vez, mais duas filhas, Andréa e Lúcia, sendo que esta última também já é falecida, e deixou um filho, Rodrigo. A herança de Maria será dividida da seguinte forma: metade para Manuel, a outra metade será dividida entre Andréa e Rodrigo.
- D) Maria faleceu, não deixou nem descendentes e nem ascendentes, apenas três irmãos, João, José e Pedro. Este último, pré-morto, tem mais três filhos: Matheus, Rodrigo e Diego. A herança de Maria será dividida da seguinte forma: 1/3 do patrimônio para João, 1/3 para José e 1/3 a ser dividido entre Matheus, Rodrigo e Diego.

## ➤ DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 44

Em relação ao ônus da prova, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- I. É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando recair sobre direito disponível.
- II. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- III. O juiz pode, de ofício, determinar o depoimento pessoal das partes.
- IV. Não dependem de prova os fatos notórios e em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- V. Não dependem de prova os fatos notórios admitidos no processo como incontroversos e em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V) (F) (F)
- B) (F) (V) (F) (V) (F)
- C) (V) (V) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (V) (V)

### Questão 45

A arquiteta uberlandense Jessica propôs ação em face do advogado carioca Roberto, para declarar união estável entre eles e dividir o patrimônio adquirido durante o relacionamento, situado em Belo Horizonte. De acordo com a legislação processual vigente, o foro competente é o da Comarca de

- A) Uberlândia.
- B) Uberaba.
- C) Belo Horizonte.
- D) Rio de Janeiro.



### Questão 46

É **INCORRETO** afirmar que se extingue o processo, sem resolução do mérito quando

- A) ficar parado durante mais de 01(um) ano por negligência das partes.
- B) o juiz acolher a alegação de litispendência, perempção ou coisa julgada.
- C) o juiz pronuncia a decadência ou a prescrição.
- D) houver convenção de arbitragem.

### Questão 47

Clarissa, mãe da menor Aline, ajuíza ação pleiteando a venda do imóvel de propriedade de sua filha e seu pedido é deferido. Na ocasião da expedição do Alvará de autorização para venda do imóvel, a Sr<sup>a</sup> escritã constata a ausência de intimação do Ministério Público no feito. Promovendo os autos à conclusão, o Juiz:

- A) declara a nulidade do processo, anulando-o a partir do momento em que o Órgão Ministerial devia ter sido intimado.
- B) não declara a nulidade do processo, ordenando a intimação do Ministério Público para se pronunciar no presente feito.
- C) determina o cumprimento da ordem de expedição de Alvará, por não haver prejuízo.
- D) declara a nulidade do processo, porém não determina a repetição do ato, por não haver prejuízo.

### Questão 48

Em relação à prova pericial, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Poderão as partes apresentar, durante a diligência, quesitos suplementares.
- B) O juiz não poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentaram sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.
- C) Poderão as partes solicitar esclarecimentos do perito requerendo ao juiz o seu comparecimento à audiência, para responder as perguntas formuladas em forma de quesitos.
- D) O perito só estará obrigado a prestar os esclarecimentos referidos nos art. 435 do CPC quando intimado 05(cinco) dias antes da audiência.

### Questão 49

Considerando os requisitos do auto de penhora, analise as seguintes alternativas.

- I. Os nomes do credor e do devedor, a descrição dos bens penhorados com os seus característicos, a indicação do dia, mês e ano em que foi feita a penhora, a nomeação do depositário dos bens e a assinatura do depositário.
- II. Os nomes do credor e do devedor, a descrição dos bens penhorados, a indicação do dia, mês, ano e lugar em que foi feita a penhora, bem como a assinatura do depositário.
- III. Os nomes do credor e do devedor, a descrição dos bens penhorados, com seus característicos, a indicação do dia, mês, ano e lugar em que foi feita a penhora e a nomeação do depositário dos bens.

A análise permite concluir que está(ão) **CORRETA(S)**

- A) apenas a alternativa III.
- B) apenas as alternativas I e II.
- C) nenhuma das alternativas.
- D) todas as alternativas.

### Questão 50

Sobre a remição da execução, é **CORRETO** afirmar que

- A) antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, desde que efetue o pagamento atualizado da dívida.
- B) antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais os juros, custas e honorários advocatícios.
- C) antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais os juros, custas e honorários advocatícios, reduzidos pela metade.
- D) antes de adjudicados ou alienados os bens, pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, inclusive dos juros, ficando isento das custas e honorários advocatícios.

### Questão 51

Roberta deixou de pagar os aluguéis e encargos do imóvel locado e, na ocasião da execução, os fiadores Ricardo e Nilce apresentaram embargos, alegando impenhorabilidade do único bem de família.

De acordo com Lei n. 8.009/90, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- I. No caso de imóvel locado, a impenhorabilidade não se aplica aos bens móveis quitados que guarneçam a residência e que sejam de propriedade do locatário.
- II. A impenhorabilidade não é oponível em qualquer processo de execução movida por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.
- III. A impenhorabilidade não é oponível em qualquer processo de execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- IV. Quando a residência familiar se constituir em imóvel rural, a impenhorabilidade será restrita à sede de moradia, com os respectivos bens móveis.
- V. A impenhorabilidade não é oponível em qualquer processo de execução para cobrança de impostos predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (V) (F) (V) (V)
- B) (F) (V) (V) (F) (F)
- C) (F) (V) (V) (V) (V)
- D) (V) (F) (V) (V) (V)

### Questão 52

Emerson ajuizou ação revisional de contrato em face do Banco Itaú S/A cujo pedido foi julgado parcialmente procedente e confirmada a antecipação dos efeitos da tutela. Dessa decisão foi interposto recurso de apelação, que foi recebido no

- A) efeito suspensivo.
- B) efeito ativo.
- C) efeito devolutivo.
- D) efeito devolutivo e suspensivo.

### Questão 53

Citado o executado para pagamento do débito, poderá opor-se à execução por meio de embargos do devedor. Sobre esse meio de defesa, é **INCORRETO** afirmar

- A) que os embargos serão oferecidos no prazo de 15(quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação.
- B) que, quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dos embargos.
- C) que os embargos do executado terão efeito suspensivo.
- D) que a concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação.

### Questão 54

No que se refere aos embargos de terceiro, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Quem não sendo parte no processo sofre turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial tem legitimidade para os embargos de terceiro.
- B) Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se procederá de acordo com o disposto no art. 803 do CPC.
- C) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença.
- D) Os embargos podem ser de terceiro, senhor e possuidor, ou apenas possuidor.

### Questão 55

Quando a sentença não determinar o valor devido, procede-se a sua liquidação. No que se refere à liquidação de sentença, de acordo com a legislação processual em vigor, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) A liquidação não poderá ser requerida na pendência de recurso.
- ( ) Não é defeso, na liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- ( ) Far-se-á a liquidação por artigos quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- ( ) Far-se-á a liquidação por arbitramento quando o exigir a natureza do objeto da liquidação.
- ( ) Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o cálculo será feito pela Contadoria Judicial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V) (V)
- C) (F) (F) (V) (V) (F)
- D) (F) (F) (V) (F) (V)

### Questão 56

De acordo com os arts. 2º e 262, primeira parte do CPC, foi adotado o princípio dispositivo ou princípio da iniciativa da parte, também denominado inércia na jurisdição, no qual se extrai que

- A) nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional quando provocado pela parte ou interessado.
- B) é vedado ao juiz, quando ausente autorização legal, conhecer de matérias não suscitadas pelas partes.
- C) cabe ao juiz conhecer, de ofício, toda e qualquer matéria, independentemente de provocação da parte.
- D) é vedado ao juiz conhecer matérias não suscitadas pelas partes.

## ➤ DIREITO PENAL

### Questão 57

Nos crimes ambientais, são circunstâncias que atenuam a pena, **EXCETO**

- A) baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- B) arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada.
- C) comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- D) colaboração do agente na localização da vítima com a sua integridade física preservada.

### Questão 58

A Lei n. 8.072/90 (crimes hediondos) preceitua em seu art. 2º que os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis dos seguintes benefícios, **EXCETO**

- A) anistia.
- B) graça e indulto.
- C) fiança.
- D) liberdade provisória.

### Questão 59

A reparação do dano no peculato culposo, após a sentença final irrecorrível,

- A) extingue a punibilidade.
- B) reduz de metade a pena imposta.
- C) exclui a ilicitude.
- D) reduz a pena de um a dois terços.

### Questão 60

Em relação aos crimes contra a honra, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A calúnia e a difamação atingem a honra objetiva da vítima.
- B) Na injúria, o sujeito não está atribuindo à vítima a prática de nenhum fato, mas lhe atribuindo qualidade negativa.
- C) Na difamação, o sujeito ofende a reputação da vítima, versando sobre fato a ela ofensivo.
- D) A calúnia e a injúria são suscetíveis de retratação, desde que manifestada antes do trânsito em julgado da sentença.

### Questão 61

Assinale a alternativa que corresponde a um delito em que a ação penal é privada *personalíssima*.

- A) Simulação de casamento
- B) Registro de nascimento inexistente
- C) Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento
- D) Bigamia.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 62

Sobre o processamento da arguição de falsidade de documento constante dos autos criminais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Arguída, por escrito, a falsidade de documento, o juiz determinará a juntada da impugnação nos próprios autos e, em seguida, ouvirá a parte contrária.
- B) A arguição de falsidade, feita por procurador, exige poderes especiais.
- C) A decisão sobre a arguição de falsidade, qualquer que seja ela, não fará coisa julgada, de modo que não prejudicará ulterior processo penal ou civil.
- D) O juiz poderá, de ofício, proceder à verificação da falsidade.

### Questão 63

Contra sentença penal transitada em julgado, na qual o réu foi condenado, são legitimados para a interposição da revisão criminal, **EXCETO**

- A) o réu, independentemente de advogado.
- B) o advogado do réu, com poderes especiais.
- C) a vítima, na hipótese de condenação irrisória.
- D) o pai ou irmão, no caso de morte do réu.

### Questão 64

Na hipótese de *mutatio libelli*, não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento da denúncia, o juiz deve:

- A) prosseguir com o feito, independentemente do aditamento, julgando, ao final, conforme a nova definição jurídica.
- B) instaurar a fase probatória da nova definição jurídica, instando a defesa a se pronunciar a respeito das provas que pretende produzir.
- C) determinar a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para os fins de direito.
- D) suspender o processo e oficiar à Corregedoria-Geral do Ministério Público sobre a omissão do Promotor de Justiça.



### Questão 65

Sobre a adequação do rito processual à instrução criminal respectiva, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Processo sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- B) Processo ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- C) Processo especial, para aplicação subsidiária aos procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo.
- D) Processo sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

### Questão 66

Considerando o que preconiza a Lei n. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- B) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- C) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos dessa Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
- D) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

## ➤ DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 67

São causas legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme previsto no Código Tributário Nacional, **EXCETO**

- A) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- B) o ajuizamento de ação judicial para a anulação do crédito.
- C) o depósito do montante integral do crédito.
- D) o parcelamento.

### Questão 68

A respeito das normas do Sistema Tributário Nacional presentes na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir empréstimos compulsórios.
- B) As limitações constitucionais ao poder de tributar são reguladas por lei complementar.
- C) As taxas e as contribuições de melhoria podem ser instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- D) As taxas não podem ter a base de cálculo própria de impostos.

### Questão 69

Em relação às contribuições instituídas pelo estado de Minas Gerais e constantes da Lei Complementar Estadual n. 64, de 25 de março de 2002, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A alíquota de contribuição previdenciária mensal dos servidores ativos, dos inativos e dos pensionistas é de 11% (onze por cento).
- B) A alíquota de contribuição previdenciária mensal dos servidores inativos e dos pensionistas incide sobre o valor dos proventos e das pensões que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.
- C) A contribuição previdenciária é descontada mensalmente do segurado, incidindo também sobre a gratificação natalina, mediante desconto em folha de pagamento.
- D) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da cobrança compulsória da contribuição destinada ao custeio da prestação, pelo IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais –, de assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social, farmacêutica e complementar.

### Questão 70

Em relação aos emolumentos e à Taxa de Fiscalização Judiciária previstos na Lei Estadual n. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A Taxa de Fiscalização Judiciária tem como fato gerador o exercício do poder de polícia atribuído ao Poder Judiciário pela Constituição da República, em seu art. 236, § 1º, e legalmente exercido pela Corregedoria-Geral de Justiça e pelo Juiz de Direito Diretor do Foro.
- B) Na hipótese de contagem ou cotação a menor dos valores devidos para a prática do ato notarial ou de registro, caberá ao interessado a sua complementação.
- C) O contribuinte dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é o Tabelião ou o Oficial de Registro que praticar ato notarial ou de registro.
- D) Os emolumentos são a retribuição pecuniária por atos praticados pelo Notário e pelo Registrador, no âmbito de suas respectivas competências, e têm como fato gerador a prática de atos pelo Tabelião e pelo Oficial de Registro.

### Questão 71

Considerando as Súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria tributária, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É cabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- B) Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo.
- C) O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- D) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

### Questão 72

As seguintes alternativas são concernentes a impostos de competência da União, conforme previsto na Constituição Federal, **EXCETO**

- A) grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- B) importação de produtos estrangeiros.
- C) propriedade territorial rural e urbana.
- D) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

### Questão 73

A respeito da constituição do crédito tributário pelo lançamento, conforme previsto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- B) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.
- C) O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
- D) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de recurso de ofício.

### Questão 74

Considerando as normas relativas à exclusão do crédito tributário presentes no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A anistia abrange as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
- B) A anistia pode ser concedida limitadamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- C) A exclusão do crédito tributário, pela isenção ou anistia, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- D) A isenção, quando prevista em contrato, dispensa a edição de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão.

### Questão 75

Considerando as isenções previstas na Lei Estadual n. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A prática de atos notariais e de registro para cumprimento de mandado judicial expedido em favor de beneficiário da justiça gratuita, não assistido por advogado, nos processos dos Juizados Especiais Cíveis, é isenta de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária.
- B) O registro da penhora ou do arresto realizado em processo regulado pela Lei Federal n. 6.830/80 é isento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária.
- C) Os declaradamente pobres estão isentos do pagamento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro de interdição.
- D) Os órgãos da Administração indireta do Estado são isentos do pagamento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela prática de atos notariais e de registro de seu interesse.

### Questão 76

Considerando as normas relativas à administração tributária presentes no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, tem os mesmos efeitos da certidão negativa para a prova da quitação de determinado tributo.
- B) A omissão de quaisquer dos requisitos da certidão da dívida ativa previstos no artigo 202 do Código Tributário Nacional, ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de segunda instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
- C) A presunção de liquidez e certeza da dívida ativa tributária regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- D) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente a origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.

## ➤ DIREITO COMERCIAL

### Questão 77

A respeito do conceito de empresário previsto no Código Civil, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Considera-se empresário aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- B) Empresário é aquele que exerce atividade intelectual com o concurso ou não de colaboradores ou auxiliares.
- C) Não se considera como empresário o profissional de atividade literária mesmo que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.
- D) Considera-se empresário aquele que exerce, individualmente, profissão de natureza científica.

### Questão 78

A respeito do protesto, é **CORRETO** afirmar que

- A) apenas os títulos executivos podem ser levados a protesto.
- B) o registro do protesto prescinde de maiores formalidades.
- C) o pagamento do título apresentado a protesto será feito em instituição financeira oficial.
- D) não cabe ao tabelião de protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade dos títulos a ele apresentados.

### Questão 79

**NÃO** se incluem entre os requisitos para o pedido de matrícula de jornais e outras publicações periódicas:

- A) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do diretor ou redator-chefe.
- B) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do proprietário.
- C) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social, nome, idade e residência dos diretores da pessoa jurídica.
- D) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, nesse caso, os respectivos proprietários.

### Questão 80

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a proposição.

Nas sociedades não personificadas,

- A) os bens sociais não respondem pelos atos de gestão praticados pelos sócios.
- B) os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- C) os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- D) os sócios fazem prova da existência da sociedade por qualquer meio permitido em direito.

### Questão 81

São finalidades do Departamento Nacional de Registro do Comércio:

- A) dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis.
- B) cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes.
- C) proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento.
- D) solucionar dúvidas ocorrentes na interpretação das leis, regulamentos e demais normas relacionadas com o registro de empresas mercantis.

### Questão 82

Para a averbação de retificação de erros materiais no Tabelionato de Protestos, **NÃO** é necessário

- A) cobrar os emolumentos devidos pelo serviço.
- B) apresentar o instrumento eventualmente expedido.
- C) promover a retificação de ofício ou a requerimento da parte.
- D) apresentar os documentos que comprovem o erro.

### Questão 83

É de três anos o prazo para protesto relativo aos seguintes títulos, **EXCETO**

- A) duplicata.
- B) nota promissória.
- C) cheque.
- D) letra de câmbio.

### Questão 84

**NÃO** é requisito essencial na emissão da letra de câmbio:

- A) a denominação *letra de câmbio*.
- B) a soma de dinheiro a pagar e a espécie de moeda.
- C) a assinatura do próprio punho do sacador ou do mandatário especial abaixo do contexto da letra.
- D) a data de vencimento da obrigação.

### Questão 85

Analisar as seguintes afirmativas e assinalar **V** para as **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- ( ) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é necessário que a reforma seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação.
- ( ) Nas Associações, a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- ( ) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- ( ) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente aos sócios.

Assinalar a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (V) (F) (F)
- D) (V) (V) (F) (V)



### Questão 86

Em relação ao que compete ao Tabelião de Protestos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação.
- B) Intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto.
- C) Lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em microfilme ou sob outra forma de documentação.
- D) Averbar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante.

### Questão 87

Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causarem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia.

Diante dessa afirmativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) São de responsabilidade do apresentante os dados dos títulos fornecidos para protesto.
- B) O Tabelião de Protestos não pode recusar o protesto de título mesmo que contenha erro formal, sob pena de responsabilidade.
- C) O Tabelião de Protestos não responderá em caso de aceitar protesto para fins falimentares contra pessoa não sujeita à legislação falimentar.
- D) O Tabelião de Protestos tem obrigação de verificar a ocorrência da prescrição dos títulos apresentados em razão da natureza pública do instituto.

### Questão 88

Pode se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC 123/06, Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- A) a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- B) a pessoa jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- C) a pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações.
- D) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

## ➤ DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 89

A Constituição da República, expressamente, prevê que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios

- A) de legalidade, pessoalidade, honestidade, publicidade e eficiência.
- B) de legalidade, supremacia do interesse público, eficácia e segurança jurídica.
- C) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- D) de legalidade, controle ou tutela, hierarquia, eficácia e segurança jurídica.

### Questão 90

São características do poder de polícia:

- A) a necessidade, a proporcionalidade e a eficácia.
- B) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a eficiência.
- C) a necessidade, a razoabilidade e a eficiência.
- D) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

### Questão 91

Quanto ao processo administrativo disciplinar, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) Não ofende a Constituição da República a falta de defesa técnica por advogado.
- ( ) O prazo da prescrição da pretensão punitiva flui normalmente caso a Administração Pública não o encerre no prazo previsto em lei.
- ( ) O afastamento temporário do servidor é uma medida cautelar e pode ser decretado pela Comissão Processante, caso ocorram algumas das hipóteses previstas no CPP para a prisão preventiva.
- ( ) São etapas prévias indispensáveis: a sindicância e o inquérito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (V) (V) (F) (F)
- C) (F) (V) (F) (V)
- D) (F) (F) (V) (V)

### **Questão 92**

Acerca da anulação e da revogação do ato administrativo:

- A) a Administração Pública pode revogar, quando verificar a ilegalidade.
- B) o Poder Judiciário pode revogar, por razões de ilegalidade.
- C) a Administração Pública pode anular, por conveniência e oportunidade.
- D) o Poder Judiciário pode *anular*, por razões de ilegalidade.

### **Questão 93**

A improbidade administrativa pode ensejar as seguintes medidas cíveis:

- A) o ressarcimento ao erário e a cassação dos direitos políticos.
- B) a perda dos bens e a demissão do serviço público.
- C) o ressarcimento ao erário e a suspensão dos direitos políticos.
- D) a indisponibilidade dos bens e a exoneração do serviço público.

## ➤ DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 94

No preâmbulo da Constituição da República de 1988, **NÃO** consta menção

- A) à segurança.
- B) ao bem-estar.
- C) à erradicação da pobreza.
- D) ao preconceito.

### Questão 95

A Constituição da República de 1988 proíbe a cassação dos direitos políticos, mas afirma a possibilidade da sua perda ou da sua suspensão em algumas das situações abaixo descritas, **EXCETO**

- A) se houver o cancelamento da naturalização decorrente de sentença transitada em julgado.
- B) se advier a incapacidade civil relativa ou absoluta.
- C) se houver a recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII.
- D) quando ocorrer improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

### Questão 96

Quanto à competência legislativa, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) Cabe privativamente à União legislar sobre a criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- ( ) Cabe concorrentemente à União legislar sobre o trânsito e transporte.
- ( ) Cabe privativamente à União legislar sobre o sistema de consórcios e sorteios.
- ( ) Cabe concorrentemente à União legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (F)
- B) (V) (F) (F) (V)
- C) (F) (F) (V) (V)
- D) (F) (V) (V) (V)

### Questão 97

Sobre o mandado de segurança coletivo, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Pode ser impetrado por partido político regularmente registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com representação no Congresso Nacional há pelo menos um ano.
- B) Pode ser impetrado por organização sindical regularmente constituída há mais de um ano, mas desde que atuando em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- C) Pode ser impetrado por partido político registrado no TSE e com alguma representação legislativa.
- D) Pode ser impetrado por entidade de classe regularmente constituída, mas desde que em funcionamento há mais de um ano e atuando em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

### Questão 98

Analise os seguintes itens concernentes aos objetivos da seguridade social, conforme expressa disposição constitucional.

- I. Universalidade da cobertura e do atendimento e função social do benefício previdenciário.
- II. Uniformidade e equivalência dos benefícios e dos serviços às populações urbanas e rurais.
- III. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- IV. Irredutibilidade do valor dos benefícios e redução das desigualdades sociais.

A partir da análise, podemos afirmar que

- A) as proposições I e IV são falsas.
- B) as proposições I e III são verdadeiras.
- C) as proposições II e IV são falsas.
- D) as proposições I e IV são verdadeiras.

## ➤ CONHECIMENTOS GERAIS

### Questão 99

Como se classificam as constituições quanto à origem?

- A) Escritas e não escritas
- B) Promulgadas e históricas
- C) Outorgadas e promulgadas
- D) Materiais e formais

### Questão 100

Qual das constituições brasileiras teve a vigência mais longa?

- A) A constituição de 1824
- B) A constituição de 1934
- C) A constituição de 1891
- D) A constituição de 1822

## FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	35	A	B	C	D	69	A	B	C	D
02	A	B	C	D	36	A	B	C	D	70	A	B	C	D
03	A	B	C	D	37	A	B	C	D	71	A	B	C	D
04	A	B	C	D	38	A	B	C	D	72	A	B	C	D
05	A	B	C	D	39	A	B	C	D	73	A	B	C	D
06	A	B	C	D	40	A	B	C	D	74	A	B	C	D
07	A	B	C	D	41	A	B	C	D	75	A	B	C	D
08	A	B	C	D	42	A	B	C	D	76	A	B	C	D
09	A	B	C	D	43	A	B	C	D	77	A	B	C	D
10	A	B	C	D	44	A	B	C	D	78	A	B	C	D
11	A	B	C	D	45	A	B	C	D	79	A	B	C	D
12	A	B	C	D	46	A	B	C	D	80	A	B	C	D
13	A	B	C	D	47	A	B	C	D	81	A	B	C	D
14	A	B	C	D	48	A	B	C	D	82	A	B	C	D
15	A	B	C	D	49	A	B	C	D	83	A	B	C	D
16	A	B	C	D	50	A	B	C	D	84	A	B	C	D
17	A	B	C	D	51	A	B	C	D	85	A	B	C	D
18	A	B	C	D	52	A	B	C	D	86	A	B	C	D
19	A	B	C	D	53	A	B	C	D	87	A	B	C	D
20	A	B	C	D	54	A	B	C	D	88	A	B	C	D
21	A	B	C	D	55	A	B	C	D	89	A	B	C	D
22	A	B	C	D	56	A	B	C	D	90	A	B	C	D
23	A	B	C	D	57	A	B	C	D	91	A	B	C	D
24	A	B	C	D	58	A	B	C	D	92	A	B	C	D
25	A	B	C	D	59	A	B	C	D	93	A	B	C	D
26	A	B	C	D	60	A	B	C	D	94	A	B	C	D
27	A	B	C	D	61	A	B	C	D	95	A	B	C	D
28	A	B	C	D	62	A	B	C	D	96	A	B	C	D
29	A	B	C	D	63	A	B	C	D	97	A	B	C	D
30	A	B	C	D	64	A	B	C	D	98	A	B	C	D
31	A	B	C	D	65	A	B	C	D	99	A	B	C	D
32	A	B	C	D	66	A	B	C	D	100	A	B	C	D
33	A	B	C	D	67	A	B	C	D					
34	A	B	C	D	68	A	B	C	D					

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

**USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.**



**ATENÇÃO:**  
**AGUARDE AUTORIZAÇÃO**  
**PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**